

A AÇÃO SOCIAL DA IGREJA

Antes de Calvino, a Reforma havia organizado a assistência por doença, velhice e invalidez, a fiscalização parcial dos preços contra o monopólio, e a especulação, a limitação da jornada de trabalho e a instrução pública obrigatória

Desde o início da Reforma, tem a igreja clara consciência da situação moral e material em que se acha a população de Genebra; toma aquelas medidas que se impõem para vir imediatamente em seu auxílio. Por certo que os esforços dos reformadores tendem, em primeira plana, ao redirecionamento espiritual e moral da própria nação. Mas, paralelamente a esta obra de base, travam no plano social uma luta que é o necessário prolongamento daquele e que caracteriza toda ação de renovação cristã autêntica. Havemos já assinalado, em vários lugares, o estreito paralelismo que há na história da Reforma entre os movimentos de renovação social e as próprias correntes de regeneração religiosa. Havemos ressaltado, de igual modo, a identidade das repercussões da Reforma espiritual no domínio social por parte onde triunfava a nova fé; como exemplo, havemos citado as vultosas medidas sociais tomadas em Zurique, em Berna e em Genebra no momento da adoção da Reforma. Recordar-se-á que em Genebra, em 1535, é fundado o Hospital Geral, destinado a dar assistência aos enfermos, aos pobres, aos órfãos e aos idosos. Depois, em consideração à penúria de víveres, à pobreza de uma parte da população e à avareza de outra, medidas de ordem econômica são tomadas imediatamente contra o monopólio e a especulação para colocar os produtos básicos da alimentação ao alcance de todas as bolsas. O Conselho fixa o preço de venda do pão, do vinho e da carne. Esta decisão é ratificada pelo povo em Conselho Geral a 21 de maio de 1536, ao mesmo tempo que adota definitivamente a Reforma. Enfim, toma o governo medidas referentes à jornada de trabalho: declara feriado o domingo e suprime as antigas festas de guarda.

E uma vez que a comunidade garante o sustento de todos quantos sejam vítimas de incapacidade social, qualquer que seja o motivo, na cidade nova não se deve ver nenhum vadio, nenhum mendicante, nenhum ocioso. Em 1539, novo edito é publicado contra *os vagabundos: decretado que se faça proclamação pública de que todos os vagabundos estrangeiros, que não tenham meios de ganhar a vida, sejam obrigados a deixar a cidade em três dias e os outros todos da cidade devem trabalhar, cada um em sua profissão, sob pena de serem postos em prisão.*

Recorda-se também que a Reforma genebrense havia incluído imediatamente, entre as medidas sociais urgentes, a criação de uma escola nova e a instituição, pela primeira vez na Europa, da instrução primária obrigatória.

Nas primeiras ordenanças eclesiásticas de 1537, tinham os reformadores providos às mais urgentes necessidades da população, no que lhe concernia à renovação espiritual e moral.

Calvino organiza o ministério social da Igreja: o diaconato

Em Estrasburgo, tinha Calvino vencido uma etapa a mais: defrontando-se com problemas sociais agudos que, à consciência da Igreja, deparava o Estado miserável de uma comunidade de refugiados desprovidos de recursos, havia ele ordenado a vida material dos fiéis sob o modelo da igreja primitiva; havia recorrido, para o socorro dos pobres e a administração dos bens da comunidade, ao ministério dos diáconos, segundo o uso estabelecido nesta cidade.

Havia, também, conhecido de perto as tensões sociais que dividiam os genebrenses e a animosidade que contrapunha ricos e pobres. Um tal escândalo era incompatível com uma igreja reformada pela Palavra de Deus. Era necessário introduzir aí, sem tardar, o ministério especial ao qual o evangelho atribui a delicada missão de fazer circular, entre os crentes de condição desfavorecida, os bens que Deus reparte diversamente para a utilidade comum. Também, desde seu retorno a Genebra, nas ordenanças de 1541, institui ele a *quarta ordem do governo eclesiástico, isto é, os diáconos.*

A vida religiosa e a vida material do crente estão ambas sujeitas à mesma ordem de Deus. São elas a tal ponto dependentes uma da outra que o serviço social dos diáconos é concebido como um ministério eclesiástico, ao mesmo título que o ministério pastoral e a função magisterial. Distribui-se ele por duas funções: a gestão dos bens da comunidade (de que iremos ver que estão estreitamente implicados a vida espiritual) e o cuidado dos enfermos. Dos diáconos, diz a Ordenança, *deles sempre houve duas espécies da Igreja Antiga: uns são comissionados para receber, dispensar e conservar os bens dos pobres, tanto*

esmolas diárias quanto posses, rendimentos e pensões; outros, para tratar e pensar os doentes e administrar a porção dos pobres, costume esse que mantemos ainda no presente.

É interessante, e importante, observar-se que o órgão de ajuda assistencial é um órgão misto, dependente, a um tempo, da Igreja e do Estado. Seus recursos provêm tanto da generosidade dos fiéis quanto do tesouro do Estado; é o Estado que exerce supervisão civil sobre os bens materiais da instituição, mas os homens que estão incumbidos deste trabalho social exercem verdadeiro ministério eclesiástico. *Que o número dos demais provedores continua como tem sido, dos quais um terá o encargo da receita, como foi dito, tanto para que as provisões sejam melhor feitas em tempo, quanto para que os que desejem fazer alguma caridade, estejam mais certos de que o bem não será empregado de outra forma senão segundo a sua intenção. E se o rendimento não bastava, ou se ocorrer necessidade extraordinária, a Magistratura providenciará suplementação segundo a penúria que aí se verá.*

Como o havemos dito, os diáconos estão postos exatamente no mesmo pé que os outros ministérios, notadamente os que exercem a disciplina eclesiástica. Ora, para a vida de uma Igreja, é muito importante regular, segundo a Palavra de Deus, não só a vida moral de seus membros como também sua vida material. *Que a eleição, tanto dos provedores quanto dos hospitaleiros, se faça, como a dos anciãos, no Consistório; e, em elegendo-os, que se siga a regra que São Paulo dá aos diáconos (1Tm 3; Tt 1).*

A assistência não conhece discriminações nacionais, estende-se até a ajuda em domicílio e compreende um serviço de medicina social

A “caridade social” tem sido frequentemente exercida pelo Calvinismo posterior, e pelos protestantes em geral, em forma puramente individualista. Convém aqui salientar que a assistência social é, ao contrário, concebida da parte de Calvino e da Reforma como uma função coletiva da igreja e da comunidade civil. À coletividade calvinista pode, pois, permitir-se proibir a mendicância e condená-la; uma vez que providencia todos os órgãos necessários para ir em auxílio aos verdadeiros necessitados, estes nenhuma razão mais têm de recorrer à mendicância. Eis por que as ordenanças calvinistas proveem os socorros que devem ser prestados não apenas aos doentes da República, mas ainda aos idosos e aos enfermos, não somente aos de sua direta alçada, mas também aos estrangeiros de passagem, não simplesmente aos necessitados recolhidos a seus asilos, mas também aos pobres espalhados por seus bairros e a quem é preciso socorrer em domicílio. *Será necessário velar diligentemente a que o asilo comum seja bem provido e que isso seja tanto para os doentes quanto para a gente idosa que não pode trabalhar, assim como também para as senhoras viúvas, as crianças órfãs e outras pessoas pobres. E, contudo, que sejam mantidos em uma ala do alojamento à parte e separada dos outros.*

De igual modo, que o cuidado dos pobres que estão espalhados pela cidade lá chegue, conforme a isso dispuserem os provedores.

Igualmente, que, além do albergue dos que estão de passagem, que é preciso manter, que haja certa hospitalidade à parte para aqueles que se considerarão como dignos de caridade especial. E para se fazer isto, é necessário que haja um alojamento designado para receber aqueles a quem os provedores recomendarão e que seja reservado para esse uso.

Não se contentam as ordenanças em instituir, de uma vez por todas, os órgãos da vida social da comunidade. Insistem para que a ordem aí seja sempre mantida e sublinham a responsabilidade que, de certa maneira, incumbe ao governo. *Que os ministros e os encarregados ou anciãos com um dos senhores síndicos tenham de sua parte cuidado de indagar se aí havia qualquer falta ou necessidade de alguma coisa, a fim de solicitar-se e admoestar-se a Magistratura a pôr tudo em ordem. E que, para isto fazer-se, cada três meses, alguns de seu número juntamente com os provedores façam visita de inspeção no hospital, para verificar se tudo está bem regado.*

Enfim, progresso considerável para a época, e em relação a bom número de serviços sociais das Igrejas e dos Estados de muitos povos modernos, as ordenanças genebrinas confirmam as sérias medidas tomadas no começo da Reforma, instituindo de maneira definitiva a medicina social oficial. *Impor-se-á, também, tanto para os pobres do hospital quanto para os da cidade, que não têm por quem serem ajudados, que haja um médico e um cirurgião próprios, às expensas da cidade, que, no entanto, clinicassem na cidade, mas, ainda assim, ficassem incumbidos do hospital e de visitar os outros pobres.*

Readaptação profissional e preparo para novas profissões. O desemprego reabsorvido pela criação de possibilidades de trabalho

Não basta, aliás, simplesmente propiciar aos pobres ajuda material. Impõe-se, também, dar aos necessitados os meios de, por si mesmos, saírem de sua condição. Vela, ainda, a Reforma calvinista para que as pessoas economicamente mal amparadas e os doentes de quem se encarrega o Hospital Geral se beneficiem das mesmas condições de educação que os demais. Um mestre é incumbido da instrução das crianças neste estabelecimento⁷⁴. Bem mais, faz-se necessário que os pobres, os enfermos e os inválidos sejam reeducados profissionalmente. Cada domingo serão examinados e dever-se-á ver *quais estão em condições de sair a trabalho ou atividade fora, quais não estão*. É preciso indagar, *segundo a capacidade das crianças, dos trabalhos que mais apropriados sejam para elas e ver onde se possam elas alojar*⁵.

Aos refugiados esforça-se, por todos os meios, por oferecer-se-lhes trabalho remunerador. Aqueles que não podem achar emprego em sua profissão destinam-se provisoriamente à obra de construção das fortificações. Mas, para que cada um se possa entregar a este trabalho livremente, segundo suas forças e disposição (muitos refugiados chegavam a Genebra em estado de grande depauperamento), modifica-se o sistema de remuneração, substituído o salário por dia de serviço por uma quantia correspondente ao trabalho executado. *Por volta desta época*, escreve Roset, *foram postos em ação, na execução das valas da cidade, pobres de Méringol e Cabrières que haviam sido alojados no hospital pestilencial em grande número. Deus lhes abençoava o labor, porque eram alimentados, e assim via-se crescer a obra que tinha sido confiada às suas mãos, sobre a qual invocavam a Deus de tarde e de manhã e nas refeições. Introduziram o sistema de pagamento a cada um segundo a sua produção e não por dia de trabalho, mediante pequeninos pedaços de chumbo que se entregavam a cada viagem (transporte), de tal modo que aquele que estava cansado do trabalho podia retirar-se a qualquer hora que quisesse e, assim, sendo pago segundo os pedaços que apresentasse e quando o fizesse. Os do país também estão a isto ajustados ... porque os burgueses aí encaminham todos os mendigos que podem trabalhar*.

A ação social reformada não se limita à assistência. Visa o homem em sua totalidade, ser espiritual e material. Os reformadores também estão constantemente preocupados com a formação profissional da população em geral e da juventude, dos sinistrados e dos refugiados em particular. Desde 29 de dezembro de 1544, intervém Calvino junto ao Pequeno Conselho para que este desenvolva a indústria da tecelagem a fim de contribuir para a riqueza e o bem-estar da população.

Pierre Viret, por sua vez, visita o Conselho em 1545, para agradecer-lhe *o bem que a Magistratura faz aos pobres* e para pedir que se lhes dê trabalho, a cada um segundo a sua profissão, a fim de que não fiquem às expensas da Magistratura; e o Conselho decide isto prover. Estes esforços se acrescentam aos dos diáconos das *bolsas*, que se ocupam com fazer ensinar-se profissões e habilitações aos recém-chegados e a todos aqueles que não têm meio de ganhar a vida.

Os esforços dos reformadores alcançam amplo sucesso e se fazem profícuos pelas aptidões e a indústria de grande número de refugiados. Graças à sua influência, diz Walker, Genebra prospera materialmente. E é preciso ter em conta, acrescenta ele, esta preocupação de Calvino pela prosperidade do povo, quando se quer explicar o favor sempre maior com que os genebrinos apreciam sua obra.

Interessante é compararem-se as diretas medidas de assistência tomadas em Genebra com as disposições preventivas tomadas na França, na mesma época. A própria carência e o desmazelo das ordens religiosas que, no final do século 15, têm em mãos todos os estabelecimentos de assistência hospitalar, conduzem os governos municipais a apoderar-se da administração destas. Desde 1560, quase todos os hospitais são dirigidos por leigos. Os renovados protestos do clero em 1576 e 1588, ficam sem resposta. Paralelamente a esta evolução para com a laicização da assistência, no segundo quartel do século 16, cresce consideravelmente o número dos indigentes. Este aumento do pauperismo está em direta relação com o desenvolvimento dos exércitos permanentes ou semipermanentes que desenraizam larga porção de jovens, não lhes provendo um ganha-pão senão temporariamente. O afluxo dos pobres e mendicantes às cidades aí forma um exército de indivíduos sem trabalho que bem depressa se tornam ladrões e batedores de carteira. O Estado se ocupa deles, então, não por uma questão de caridade somente, mas especialmente por uma questão de segurança. Francisco I declara guerra aos *biltres*, *vagabundos* e *outros pedintes* que enchem as ruas e praças. Mas, ao invés de prover-lhes ajuda material e meios de encontrar emprego, são reduzidos a trabalhos forçados: trabalham agrilhoados dois a dois, sob a ameaça do chicote ou da prisão, em obras de utilidade pública, remoção de lama e imundícies, limpeza de valados, reparos em muralhas de fortificações etc. A ociosidade e a mendicância são

passíveis de vara e de chibata (ordenança de agosto de 1536); só os inválidos são isentos do trabalho forçado. Os pobres são obrigados a usar vestes distintivas, em Paris, com um sinal especial: uma cruz de tela amarela e rosa no ombro direito. Não são meros homens a quem é preciso dar ajuda; pelo contrário, são seres postos fora da sociedade, que é preciso impedir de a mancharem.

Reajustamento de salários

A vigilância social do reformador não se limita à assistência, nem à preocupação de dar trabalho a cada pessoa. Vai além: é preciso que aqueles que mourejam também sejam suficientemente remunerados. Desse modo, vê-se, não poucas vezes, Calvino reclamar aumentos de salários, por exemplo, em favor do pessoal docente. Se os pastores também constantemente apresentam queixas ao Conselho, no tocante à remuneração que se lhes dava, é que vivem eles em real pobreza e o custo de vida aumenta com vertiginosa rapidez (todo o mundo disso reclama e os refugiados são acusados de ser a causa dessa situação). Exige Calvino *que possam viver decentemente*, que não sejam obrigados, como é o caso, a ocupar um alojamento em que nem haja *uma saleta própria para fazer seus estudos*; então, que se leve em conta a pobreza que sofre o ministro da Palavra de Deus. Vota o Conselho alocações familiares e Calvino exige ainda que os órfãos sejam sustentados pelo Estado. Levados pelos reformadores a dar atenção à vital questão dos salários (na doutrina reformada o salário é para o homem sinal da Providência de Deus), velam os magistrados por sua justa distribuição: para que se não abuse do trabalho dos menores, o Conselho decreta que a cobrança do salário das crianças será feita por uma patrulha em nome da Magistratura.

Luta contra a insolência do luxo em relação aos pobres

Uma vez que o aumento do custo de vida fazia sentir seus efeitos cada dia mais dolorosos e catastróficos, não cessam Calvino e os pastores de preocupar-se com a sorte das categorias inferiores da população. Já em 1543, ordena-se aos decenários que façam toda as semanas uma coleta para *ajudar aos pobres*. Às dificuldades de abastecimento devidas às guerras e aumentadas pela tensão política de Genebra com seus vizinhos, ajuntam-se ainda às que resultam da passagem frequente das tropas do Rei que *eleva a carestia*. Quando a caridade privada não basta, é preciso que o Estado faça sua parte. No começo de 1544, por solicitação dos *pregadores*, o Conselho vota fundos para o sustento dos pobres. É à vista desta extrema pobreza de uns, ademais disso, que protesta Calvino contra o luxo dos outros; a caridade cristã não pode tolerar que uns poucos *dissipem seus bens* enquanto há aquele a quem falta até mesmo o necessário.

Também, muito antes que aparecessem as leis suntuárias, vê-se manifestar-se já a indignação de Calvino contra os gastos supérfluos, não tanto em razão do luxo em si, quanto em função de seu sentido desrespeitoso e provocante em relação aos pobres.

Calvino, além disso, não tolera que os bens destinados à assistência social sejam mal utilizados ou esbanjados. Utilizá-los fora de tempo é ainda fazer injúria aos pobres; e, uma vez que estes representam a Cristo entre nós, esta injúria se dirige a Deus. Em numerosas ocasiões, inquieta-se o reformador com a sorte dos indigentes hospitalizados, protesta contra a insuficiência dos cuidados que lhes são prestados e se indigna com a escandalosa incapacidade de certos funcionários hospitalares cuja má gestão faz que os desventurados sofram injustos preconceitos. Após uma destas solicitações, o funcionário reconhecido como incompetente foi destituído no mesmo dia.

Extrema pobreza dos reformadores

Sentindo-se eles próprios solidários com as criaturas mais miseráveis, vivem os reformadores em extrema simplicidade, vizinha da pobreza. Acha-se, constantemente, nos registros do Conselho a menção de tentativas feitas pelos magistrados, sensibilizados com a sua penúria, de vir-lhes em ajuda; estas autoridades esbarram geralmente em polida recusa da parte de seus guias espirituais, que se desculpam de não poder aceitar, pois que há tantos que são ainda mais desafortunados que eles. Não se lerá sem emoção uma dessas numerosas recensões tão ingenuamente transcritas: *O senhor G. Farel compareceu em trajes bastante pobres e determinou-se fazer-se-lhe uma toga igual à de Calvino, o que foi bem feito e mandado pagar*. Então, no dia seguinte: *O senhor G. Farel aqui esteve, fazendo muitas*

admoestações a viver uns com os outros e a manter boa justiça e também a sustentar a Palavra de Deus, etc. E, após ele, rogou-se que lhe aprouvesse fazer sua residência aqui, o que ele disse que não poderia fazer no presente, porquanto lhe era preciso seguir sua vocação, quanto ao mais será sempre servidor dos senhores magistrados ... e desejar-lhes-á o bem e a honra. E quanto a uma veste que lhe havia sido dada, que ele agradece aos Magistrados e que não tem dela real necessidade. Ordena-se que lhe seja entregue e se rogue que não leve isso a mal.

Quanto a Calvino, sua pobreza não tem igual senão na discreção quanto àqueles que tentam acrescentar o que quer que seja ao estrito mínimo com que se contenta. Conta ele a seu amigo Farel a aventura que teve certo dia, quando um libertino, trazido diante do Conselho, à falta de argumentos, teve a deselegância de criticar-lhe a pobreza. *Então, ele me tratou de avaro. Todos se puseram a rir. Sabiam, com efeito, que soma neste mesmo ano eu tinha recusado, e tão a sério, que jurara não mais ascender ao púlpito, se insistissem por mais tempo. Sabiam que não somente havia eu recusado uma extraordinária generosidade, mas ainda que eu havia renunciado a uma parcela de justo tratamento, e uma soma que não era inferior a vinte coroas!.*

A proverbial pobreza de Calvino, além do mais, parece subjazer, em parte, a seu casamento. Seus amigos, sensibilizados com as condições materiais em que vivia ele em Estrasburgo, encorajaram-no vividamente a que seguisse as doces inclinações do coração quando travou conhecimento com Idelette de Bure, viúva de um anabatista convertido à fé reformada por seu intermédio.

Por pobres que sejam os reformadores, não se pode dizer que todos os pastores se mostram dispostos aos mesmos sacrifícios. É o caso desse Philippe de Ecclesia, que é acusado de praticar a usura; lembremo-nos, porém, de que nessa época assim se designa a simples prática do empréstimo a juros e que nem este é julgado compatível com o exercício do santo ministério.

Ajuda ao exterior

Cristãos pobres, mas fervorosos, não veem em sua pobreza razão para não privar-se, ainda assim, para atenuar a miséria de outros. O massacre dos protestantes de Provença, em 1545, tão grande emoção suscita entre os reformados de Genebra, que uma grande coleta é promovida para ir em socorro dos sobreviventes. O próprio Calvino, diz-se, sobe de três em três os degraus volteantes dos prédios da cidade para recolher a oferta dos genebrinos. Depois, os estrangeiros refugiados em Genebra se organizam para atender às indizíveis necessidades de seus compatriotas perseguidos. Fundam as bolsas, das quais a mais conhecida é a *Bolsa Francesa*.

Destarte, à Reforma espiritual e moral que pregam e aplicam à cidade de Genebra, acrescentam os reformadores todas as reformas sociais que daí decorrem. A própria igreja se organiza de maneira a conferir a seus membros a ajuda de toda natureza que lhe sugere a caridade cristã de que ela vive; depois, ela propõe e exige do Estado que tome ele todas aquelas medidas próprias para estender esta forma de ação à sociedade inteira.

Examinando o que se fez na vida social em geral, consideraremos mais particularmente quais foram os efeitos e conseqüências e as intervenções da Reforma nas relações do trabalho.

O pensamento econômico e social de Calvino, André Biéler, Editora Cultura Cristã.